

**Partes no processo principal**

~~Recorrente: Adil Hassan~~

~~Recorrido: Préfet du Pas-de-Calais~~

**Dispositivo**

~~O artigo 26.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 604/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida, deve ser interpretado no sentido de que se opõe a que o Estado-Membro que tenha apresentado, junto de outro Estado-Membro que considera como sendo responsável pela análise de um pedido de proteção internacional em aplicação dos critérios fixados por este regulamento, um pedido para efeitos de tomada ou de retomada a cargo de uma pessoa referida no artigo 18.º, n.º 1, do referido regulamento, adote uma decisão de transferência e a notifique a essa pessoa antes de o Estado-Membro requerido ter dado o seu acordo explícito ou implícito a esse pedido.~~

~~(<sup>1</sup>) JO C 70, de 6.3.2017.~~

Acórdão do Tribunal de Justiça (Quinta Secção) de 31 de maio de 2018 (pedido de decisão prejudicial do Bundesfinanzhof — Alemanha) — Finanzamt Dachau/Achim Kollroß (C-660/16), Finanzamt Göppingen/Erich Wirtl (C-661/16)

(Processos apensos C-660/16 e C-661/16) (<sup>1</sup>)

«Reenvio prejudicial — Fiscalidade — Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) — Diretiva 2006/112/CE — Entrega de bens — Artigo 65.º — Artigo 167.º — Pagamento antecipado para a aquisição de um bem não seguido da respetiva entrega — Condenação penal dos representantes legais do fornecedor por burla — Insolvência do fornecedor — Dedução do imposto pago a montante — Requisitos — Artigos 185.º e 186.º — Regularização pela autoridade tributária nacional — Requisitos»

(2018/C 259/13)

Língua do processo: alemão

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Bundesfinanzhof

**Partes no processo principal**

Recorrentes: Finanzamt Dachau (C-660/16), Finanzamt Göppingen (C-661/16)

Recorridos: Achim Kollroß (C-660/16), Erich Wirtl (C-661/16)

**Dispositivo**

- 1) Os artigos 65.º e 167.º da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, devem ser interpretados no sentido de que, em circunstâncias como as que estão em causa nos processos principais, o direito à dedução do imposto sobre o valor acrescentado pago a montante sobre um pagamento antecipado não pode ser recusado ao potencial adquirente dos bens em questão desde que esse pagamento tenha sido efetuado e recebido e que, no momento desse pagamento, se possa considerar que todos os elementos pertinentes da futura entrega eram conhecidos por esse adquirente e que a entrega desses bens era então certa. Contudo, esse direito poderá ser recusado ao referido adquirente se, tendo em conta elementos objetivos, se demonstrar que, no momento do pagamento antecipado, sabia ou não podia razoavelmente ignorar que a realização dessa entrega era incerta.

- 2) Os artigos 185.º e 186.º da Diretiva 2006/112 devem ser interpretados no sentido de que, em circunstâncias como as dos processos principais, não se opõem a uma legislação ou a uma prática nacional que têm por efeito subordinar a regularização do imposto sobre o valor acrescentado pago a montante sobre o pagamento antecipado com vista à entrega de um bem ao reembolso deste pagamento pelo fornecedor.

(<sup>1</sup>) JO C 86, de 20.3.2017.

~~Acórdão do Tribunal de Justiça (Primeira Secção) de 31 de maio de 2018 (pedido de decisão prejudicial do Tribunal Superior de Justicia de Madrid — Espanha) — Lu Zheng / Ministerio de Economía y Competitividad~~

~~(Processo C 190/17) (<sup>1</sup>)~~

~~«Reenvio prejudicial — Controlos dos montantes em dinheiro líquido que entram ou saem da União Europeia — Regulamento (CE) n.º 1889/2005 — Âmbito de aplicação — Artigo 63.º TFUE — Livre circulação de capitais — Nacional de um país terceiro que transporta um montante significativo em dinheiro líquido não declarado nas suas bagagens — Dever de declaração relacionado com a saída desse montante do território espanhol — Sanções — Proporcionalidade»~~

~~(2018/C 259/14)~~

~~Língua do processo: espanhol~~

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Tribunal Superior de Justicia de Madrid

**Partes no processo principal**

~~Recorrente: Lu Zheng~~

~~Recorrido: Ministerio de Economía y Competitividad~~

**Dispositivo**

~~Os artigos 63.º e 65.º TFUE devem ser interpretados no sentido de que se opõem à legislação de um Estado-Membro, como a que está em causa no processo principal, que prevê que o incumprimento do dever de declarar os montantes significativos em dinheiro líquido que entram ou saem do território deste Estado pode ser punido com uma coima que pode ascender até ao dobro do montante não declarado.~~

(<sup>1</sup>) JO C 221, de 10.7.2017.

~~Acórdão do Tribunal de Justiça (Primeira Secção) de 31 de maio de 2018 — Comissão Europeia / República Italiana~~

~~(Processo C 251/17) (<sup>1</sup>)~~

~~«Incumprimento de Estado — Recolha e tratamento de águas residuais urbanas — Diretiva 91/271 / CEE — Artigos 3.º, 4.º e 10.º — Acórdão do Tribunal de Justiça que declara a existência de um incumprimento — Inexecução — Artigo 260.º, n.º 2, TFUE — Sanções pecuniárias — Sanção pecuniária compulsória e quantia fixa»~~

~~(2018/C 259/15)~~

~~Língua do processo: italiano~~

**Partes**

~~Demandante: Comissão Europeia (representantes: E. Manhaeve e L. Cimaglia, agentes)~~